MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Aviso n.º 21237/2011

Convocatória para o método de selecção — Entrevista Profissional de Selecção (EPS), relativo ao procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhadores com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de vinte e um postos de trabalho da carreira e categoria de assistente técnico, previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), publicitado através do aviso de abertura, com o n.º 10808/2011, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 94, de 16 de Maio de 2011.

1 — Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 33.º, conjugado com o n.º 4 do artigo 13.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, na redacção oferecida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, torna-se público que a realização do método de selecção — Entrevista Profissional de Selecção (EPS), para os candidatos aprovados no método de selecção — Avaliação Curricular (AC), ocorrerá nas instalações da sede da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, na sala de reuniões do piso 2, no Parque de Ciências e Tecnologias de Oeiras, Avenida de Casal de Cabanas, Urbanização de Cabanas Golf, n.º 1, Tagus Park, em Barcarena, de acordo com a calendarização disponibilizada na página electrónica da ANSR, em www.ansr.pt, assim como no placard próprio sito na entrada da sede da ANSR, na morada supra descrita, ficando por este meio os referidos candidatos convocados para o efeito.

2 — Mais se informa que a Entrevista Profissional de Selecção (EPS) assumirá a forma oral e terá uma duração máxima de trinta minutos.

12 de Outubro de 2011. — O Presidente do Júri, *José Miguel Barbosa Menezes de Sequeira*.

205260604

Despacho n.º 14537/2011

Aprovação do equipamento alcoolímetro qualitativo da marca LIFELOC, *modelo FC/10/20, para detecção da presença de álcool no sangue.* — Considerando que a aprovação do uso de equipamentos de controlo e fiscalização do trânsito, é uma competência da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, conforme resulta do estabelecido na alínea *f*) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 77/2007, de 29 de Março, conjugado com o disposto na alínea *q*) do n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 340/2007, de 30 de Março;

Considerando que os artigos 1.º e 14.º do Regulamento de Fiscalização da Condução sob Influência do Álcool ou de Substâncias Psicotrópicas, aprovado pela Lei n.º 18/2007, de 17 de Maio, determinam que os modelos dos equipamentos a utilizar nos testes de álcool no ar expirado efectuados em analisador qualitativo, para detecção da presença de álcool no sangue, a realizar pelas entidades fiscalizadoras na via pública no âmbito da fiscalização da condução sob influência do álcool, sejam aprovados por despacho do presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária;

Considerando que após análise do equipamento, alcoolímetro qualitativo da marca *LIFELOC,* modelo *FC10/20*, o mesmo está apto para ser utilizado na fiscalização do trânsito, reunindo os elementos necessários para detectar a presença de álcool no sangue, no âmbito da fiscalização da condução sob influência do álcool.

Assim, ao abrigo e, nos termos conjugados do disposto na alínea *f*) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 77/2007, de 29 de Março e na alínea *q*) do n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 340/2007, de 30 de Março, bem como do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Regulamento de Fiscalização da Condução sob Influência do Álcool ou de Substâncias Psicotrópicas, aprovado pela Lei n.º 18/20076, de 17 de Maio, aprovo, para utilização na fiscalização do trânsito, o alcoolímetro qualitativo da *LIFELOC,* modelo *FC10/20*, requerido pela empresa Ambidetetctor Eng. & Inst., L.da

12 de Agosto de 2011. — O Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, *Paulo Nuno Rodrigues Marques Augusto*.

205260645

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho n.º 14538/2011

I — Através do aviso n.º 11424/2011, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 99, de 23 de Maio de 2011, e divulgado na bolsa de emprego público com a referência OE201105/0496, foi aberto procedimento concursal, com vista ao preenchimento do cargo de direcção intermédia de 1.° grau de director de serviços de Administração Judicial.

II — Concluído o respectivo procedimento concursal e mediante proposta de nomeação fundamentada do correspondente júri, nos termos do disposto nos n.os 9, 10 e 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, na redacção dada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, para o cargo de director de serviços de Administração Judicial a licenciada Eva Maria Pacheco Pinto Jorge, com fundamento na aplicação dos métodos de selecção e respectivos critérios, definidos na acta n.º 1, e nos resultados nestes obtidos pela candidata e demonstrados nas restantes actas do presente procedimento concursal.

III — A presente nomeação, que tem cabimento orçamental no orçamento de funcionamento da Direcção-Geral da Administração da Justiça para 2011, produz efeitos à data do despacho de nomeação.

IV — De acordo com o disposto no n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 17 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, na redacção dada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, anexa-se a nota curricular da nomeada.

17 de Outubro de 2011. — O Director-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

Nota curricular

Identificação:

Nome — Eva Maria Pacheco Pinto Jorge.
Categoria — secretária de justiça.

Habilitações literárias:

Pós-graduação sobre Problemas Jurídicos da Droga e da Toxicodependência, obtida em 2002, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Pós-graduação em Ciências Jurídicas, obtida em 2001, na Universidade Católica Portuguesa;
Licenciatura em Direito, obtida em 2000, na Universidade Moderna, com média final de 15 valores.

Experiência profissional:

Nomeada directora de serviços de Administração Judicial, em regime de substituição, em Setembro de 2010;
Nomeada chefe de divisão de Planeamento e Organização da Direcção-Geral da Administração da Justiça em Maio de 2007;
Nomeada, em regime de comissão de serviço, para exercer funções de jurista na Divisão de Apoio Jurídico da Direcção-Geral da Administração da Justiça em 2003;
Nomeada em Maio de 2003 secretária de justiça no Tribunal de Execução das Penas de Évora;
Oficial de justiça desde 1981.

Formação profissional mais relevante:

Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP);
O Novo Contrato de Trabalho em Funções Públicas;
Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações;
Organização e Gestão dos Tribunais;
Seminário «O novo regime da Injunção e da Acção Declarativa Especial»;
Contabilidade Pública e Gestão Orçamental;
Código de Processo Penal/Inquérito;
Informática de Gestão Processual — Injunção/Custas Judiciais/Contabilidade/Férias, Faltas e Licenças/Acidentes em Serviço/Estatuto Trabalhador Estudante/Cartas Rogatórias;
Informática de Gestão Processual.

Outra actividade profissional relevante:

Participou na elaboração de diversos diplomas legais;
Integrou a Comissão para a Elaboração do Programa de Eficiência Operacional da Justiça;
Integrou o grupo de trabalho para o Alargamento do Mapa Judiciário.

Agraciamentos — louvor atribuído em 2010 pelo director-geral da Administração da Justiça.

205261536